

O país precisa apostar no empreendedorismo

Daniel Vargas

Professor da FGV Direito Rio

Para sair da crise, não basta ao Brasil realizar o ajuste fiscal, enxugar o Estado e moralizar a política. O desafio mais profundo do país é mudar a trajetória de crescimento que se impôs na última década. Já não avançaremos com exportação de *commodities* e redistribuição de renda. É hora de apostar no empreendedorismo de vanguarda como caminho do crescimento e da inclusão. Nas principais economias do mundo, ao longo do século XX, assistimos ao surgimento, em torno das grandes empresas, de uma periferia de pequenas e médias empresas avançadas, responsáveis pela maior parte da inovação e da geração de renda e riqueza. No Brasil, esta periferia inovadora nunca se formou. Nossas grandes empresas investem pouco em conhecimento. Nossas pequenas empresas vivem afundadas no atraso. E praticamente não possuímos empresas médias, o espaço privilegiado para a tecnologia de ponta, gestão e trabalho qualificado.

Não podemos mudar toda a estrutura da economia do dia para a noite. Mas podemos superar barreiras institucionais básicas na organização do crédito, das empresas, da

tecnologia e do Estado com reformas que custam nada ou muito pouco.

Limite à responsabilidade do investidor de risco

Nossos investidores fogem do risco como o diabo foge da cruz. Parte da explicação está nos juros altos pagos pelos títulos do governo. Mas a outra parte, tão ou mais importante, é a penalização do risco no país. A forma como isso ocorre é pela aplicação indiscriminada da desconsideração da personalidade jurídica contra o investidor. Ou restabelecemos a excepcionalidade original deste instituto para coibir casos de fraude dolosa, ou afastaremos qualquer apetite para o investimento de risco no Brasil.

Característica comum às empresas que mais inovam e mais geram empregos no Brasil é sua flexibilidade. Como avançam rápido, estão em contínua tensão com padrões de organização societária, criados para atender a negócios mais estáveis. Para permitir seu crescimento sem ter de pagar várias vezes o pedágio das juntas comerciais, o Brasil deveria criar modalidade de sociedade anônima flexível. Basta escalonar direitos

e responsabilidades dos gestores e investidores conforme faturamento.

Há um *apartheid* entre conhecimento de ponta e empreendedorismo no Brasil. Para reconectar as duas pontas, falta organizar canal de vazão comercial do conhecimento gerado por instituições de pesquisa avançada. É o caso emblemático da Embrapa, hoje sentada em um tesouro de conhecimento, que não chega ao mercado por restrições jurídicas à parceria privada e comercialização dos seus inventos. Problema similar afeta as melhores universidades públicas.

Coordenação entre agentes públicos

Quase todos os ministérios do governo desenvolvem políticas de inovação. Como água na areia, estes esforços se pulverizam sem nenhum impacto. Falta ao governo um foro para coordenar a *execução* das políticas e dar transparência às decisões. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) não é capaz de fazer isso: hoje não passa de um arquipélago de feudos acadêmicos, em que cada pesquisador faz o que quer.

Do mesmo modo que falta coordenação em cima, no governo, também

falta ao país coordenação embaixo, no território. Onde há crédito falta tecnologia, onde há tecnologia falta capacidade gerencial, e onde há capacidade gerencial falta mercado. Para coordenar na base, o país precisa criar porta de entrada integrada aos instrumentos da produção. Esta tarefa poderia ser desempenhada por organizações da sociedade civil que já detêm legitimidade e experiência na orquestração de esforços para apoiar empreendedores, como já ocorre na Itália.

O Brasil deve promover desoneração maciça da importação de bens de capital. Jamais seremos competitivos enquanto o empresário brasileiro pagar duas ou três vezes o preço que a mesma máquina custa ao empresário alemão. A solução exige enfrentar as restrições impostas pelo Tratado do Mercosul. Caminho *light* seria começar, desde já,

O desafio do país é mudar a trajetória de crescimento da última década. Já não avançaremos com exportação de *commodities* e redistribuição de renda

a negociar a inclusão de tecnologias de uso multissetorial entre produtos isentos. Nossos parceiros deverão entender que todos perdem muito mais em geração de riqueza do que ganham com os trocados que tomam dos empreendedores.

Compras de inovação

A lei de compras públicas foi criada no passado para organizar a escolha, pelo Estado, dos produtos e serviços já disponíveis na prateleira do mercado. Cada vez mais, no entanto, os desafios que o Estado e o país enfrentam exigem soluções novas, que não foram produzidas por ninguém. Falta ao país criar, ao lado da lei de licitações, um regime de compras de soluções tecnológicas e institucionais, com procedimentos de organização e de controle específicos.

Em resumo: ajuste fiscal, alteração na política de juros e Lava Jato definem o fluxo do rio de nossa economia. Mas sozinhos são incapazes de redirecionar seu curso. Reformas institucionais certas criarão novo leito para a economia, liberarão água represada e começarão a irrigá-la. ■



CONJUNTURA ECONÔMICA

Assinaturas e renovações

conjunturaeconomica@fgv.br

Rio de Janeiro:
(21) 3799-6844

Outros estados:
08000-25-7788 (ligação gratuita)